

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ACESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.



REVISTA DO SESCONRS

ANO XIV | Nº 88 | NOVEMBRO DE 2019



CÉLIO LEVANDOVSKI,
PRESIDENTE DO SESCOBR-RS

PAULO UEBEL,
SECRETÁRIO ESPECIAL
DE DESBUROCRATIZAÇÃO

ENTREVISTA

Otomar Vivian

“É a hora de avançar e de retomar a força do nosso Estado”

PÁG. 6

AÇÕES SESCOBR-RS

Reforma Tributária:
Carta de Esteio
chega a Brasília

PÁG. 18

A diretriz é SIMPLIFICAR

PÁG. 12



SEJA NOSSO PARCEIRO

E TRAGA PRODUTIVIDADE PARA SEUS CLIENTES

Conheça Omie, a plataforma de gestão #1 para PMEs

99% DE APROVAÇÃO

A maior taxa do segmento no Brasil. Quem se junta a nós não quer mais ir embora.

TREINAMENTO ILIMITADO

Instrutores ao vivo e biblioteca para consulta das aulas gravadas.

ANTECIPAÇÃO DE RECEBÍVEIS

Controle de ponta a ponta e acesso a serviços financeiros

VENDA E CRM

Sem limite de usuários com gerenciamento de oportunidade de vendas e contratos recorrentes.



VIVA TODO SEU POTENCIAL

omie.com.br

Um ambiente mais amigável ao empreendedorismo

A geração de emprego e renda passa, necessariamente, pelo fortalecimento das empresas. Independente de qual segmento econômico pertencam, elas são responsáveis por fazer a economia girar e crescer. Mas para que isso ocorra é importante que o poder público desburocratize processos e regule a relação custo-benefício entre carga tributária e serviços de qualidade. A lei da liberdade econômica e a reforma tributária são dois temas que estão em pauta no momento e o SESCON-RS vem acompanhando de perto a evolução dos debates.

Quanto a Lei de Liberdade Econômica, acreditamos que é importante modernizar as relações, desamarrar processos burocráticos e facilitar, sim, a vida daqueles que desejam empreender. Medidas como a queda de empecilhos para a liberação de empresas de baixo risco, a eliminação de normas ultrapassadas, redução do volume regulatório e a maior agilidade para abertura de empresas devem ser saudadas.

No entanto, ainda é preciso alinhar a aplicação dessas medidas, visto que, ao que parece, a determinação de como elas irão funcionar ficaria a cargo de cada município. Ou seja, poderemos ter somente aqui no Rio Grande do Sul, 497 interpretações distintas da lei.

A Reforma da Previdência, aprovada recentemente, é outra medida que vai ajudar o país a retomar seu curso de desenvolvimento. A pirâmide etária brasileira está invertendo sua base, o número de inativos cresce, enquanto os economicamente ativos estão diminuindo. Era



CÉLIO LEVANDOVSKI

preciso encontrar um ponto de equilíbrio, fazer ajuste no modelo previdenciário.

No que tange a Reforma Tributária, houve avanços, mesmo que seu texto final deva ser aprovado apenas no ano que vem. Aqui no Rio Grande do Sul conseguimos mostrar a união de Governo do Estado, Assembleia Legislativa e diferentes segmentos econômicos em busca de uma convergência de ideias e proposições claras. Elas estão na “Carta de Esteio”, documento elaborado

a várias mãos e que foi entregue ao Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, ao Ministro Chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni e a deputados federais protagonistas na discussão sobre a Reforma.

A Carta de Esteio é fruto da união gaúcha em nome daquilo que o Estado (e o País) mais precisam: desenvolvimento! Enquanto a discussão ainda estiver aberta, vamos acompanhar de perto e realizar movimentos, sejam eles políticos ou técnicos. Estaremos sempre dispostos a auxiliar os legisladores na tomada de decisão, para que tenhamos um texto progressista e focado no empreendedorismo.

Nessa edição da Revista do SESCON-RS vamos aprofundar essas questões e manter acesa a reflexão. Pois urge a necessidade de encontrarmos novos horizontes para a Economia. Boa leitura!

Célio Levandovski

Presidente do SESCON-RS



Rua Augusto Severo, 168 - Porto Alegre/RS
CEP 90240-480 - Tel.: 51 3343 2090

EXPEDIENTE

DIRETORIA 2018-2022 - TITULARES

Presidente:

Célio Luiz Levandovski

Vice-Presidente de Gestão:

Valdir Ferreira Rodrigues

Vice-Presidente Administrativo:

Flavio Dondoni Junior

Vice-Presidente Financeiro:

Flavio Duarte Ribeiro Junior

Vice-Presidente de Assuntos Legislativos:

Mauricio Gatti

Diretora de Assuntos Jurídicos:

Ana Paula Mocellin Queiroz

Diretor de Educação:

Marcelo Alexandre Vidal

Diretora de Eventos:

Lucia Elena da Motta Haas

Vice-Presidentes Regionais:

Tânha Maria Laueremann Schneider

Jandir Dickel

Emerson Dornelles Brandão

Paulo Roberto Salvador

Diretor Regional:

Rafael Echevarria

SUPLENTES

Ane Elisa Moller Dapper | Alexandre Sehn |

Carmen Alves Tigre | Caroline Sebastião de

Oliveira | Felipe Faccioni | Jéssica Benetti de

Oliveira | Patrícia de Souza Arruda | Paula Dah-

mer Reis | Rubilar Jose Bernardes Filho | Wan-

derson Ferreira Garcia

CONSELHO FISCAL - TITULARES

Rogério Costa Rockembach | José Roberto dos

Santos Pires | Ivan Roberto dos Santos Pinto

Júnior

SUPLENTES

Eduardo Sinigaglia | Carlos Zenon Koch da Sil-

va | Roberto da Silva Medeiros

DELEGADOS REPRESENTANTES

JUNTO À FEDERAÇÃO:

TITULARES

Célio Luiz Levandovski

Diogo Ferri Chamun

SUPLENTES

Jaime Gründler Sobrinho

Flávio Dondoni Junior



CONSELHO EDITORIAL

Célio Levandovski | Diogo Chamun | Flávio

Dondoni Junior | José Roberto Santos Pires |

Marcelo Alexandre Vidal | Mauricio Gatti | Nel-

son Dutra | Rui Castiglia | Valdir Ferreira Ro-

drigues

PRODUÇÃO

Office Press Comunicação

Jornalista responsável: Guto Moisés

(Fenaj 6543/RS)

Produção: Paola Vechi

Redação: Verônica Souza e Marcos de Castro

Reportagens: Cristiano Abreu e Amanda

Landero

Edição: Guto Moisés

Fotos: Office Press e Arquivo SESCOFRS

Revisão: Luciane Tavares

Editoração eletrônica: PenseDesign

Comercialização de anúncios:

officepress@officepress.com.br

Tel.: 51 3325 6061



Desde o dia 20 de setembro, as empresas e os empresários possuem uma lei que vem ao encontro de inúmeras manifestações e demandas para criar um ambiente favorável aos negócios.

Índice

NOV/2019

03 PALAVRA DO PRESIDENTE

Um ambiente mais amigável ao empreendedorismo

05 GESTÃO PÚBLICA EFICAZ

Voluntários de olho na gestão pública

06 ENTREVISTA

Otomar Vivian - “É a hora de avançar e de retomar a força do nosso Estado”

08 NEGÓCIOS

Orçamento: assumo os rumos do seu negócio

10 LADO B

O músico Ananias Alves e seu saxofone

12 CAPA

A diretoria do Governo é simplificar o mercado para gerar oportunidades

16 ATUALIDADES

Previdência faz economia às custas de índices sociais

17 OPINIÃO

Impactos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

18 AÇÕES SESCOFRS

Reforma Tributária: Carta de Esteio chega a Brasília

20 SERVIÇOS

SESCON-RS faz convênio com CIEE-RS

21 CAPACITAÇÃO

Fórum técnico das questões contábeis

22 PONTO DE VISTA

Tratamento do câncer de mama o ano todo

Voluntários de olho na gestão pública

A função social dos impostos é o ponto de partida do Observatório Social do Brasil. A partir do monitoramento de editais e de licitações públicas já foi possível obter economia de milhares de reais dos recursos públicos das gestões municipais do Brasil. No Rio Grande do Sul não foi diferente e, somente entre abril e julho deste ano, foi possível economizar R\$777.442,00 das compras públicas analisadas pelo Observatório Social de Porto Alegre.

Muito mais do que monitorar as compras realizadas pelo Poder Executivo de Porto Alegre e de 15 outras cidades do Estado, o objetivo é atuar de forma proativa antes que os recursos públicos sejam gastos de forma incorreta. A ideia do controle social do Observatório é evitar o desperdício ou a má gestão dos impostos e das verbas públicas. De acordo com Flávio Dondoni Júnior, Presidente da entidade em Porto Alegre, “temos uma metodologia própria de monitoramento de editais que são acompanhados por uma equipe de voluntários, os quais são o principal ativo do Observatório Social”.

No Brasil, já se somam mais de 3,5

mil voluntários com atuação em 17 Estados e 150 municípios. Para acompanhar a gestão pública da Prefeitura de Porto Alegre, o Observatório Social conta com 174 voluntários de diferentes formações e qualificações acadêmicas. “É imprescindível o voluntariado social para que possamos ampliar nossa capacidade de análise e monitoramento das ações públicas que envolvem o gasto do dinheiro público”, disse Dondoni Júnior.

O círculo virtuoso do Observatório Social inicia por um ambiente legal que visa defender a sociedade de práticas prejudiciais na



FLÁVIO DONDONI JÚNIOR

“É imprescindível o voluntariado social para que possamos ampliar nossa capacidade de análise e monitoramento das ações públicas que envolvem o gasto do dinheiro público”

aplicação de recursos públicos. Faz parte desse círculo, a busca pela transparência de prestação de contas, a educação fiscal e a qualificada gestão pública fiscal. “Os resultados do Observatório Social mostram que podemos fazer muito mais pela cidadania a partir de economias significativas que são observadas pelo monitoramento de compras de produtos e serviços. Por certo, estes valores economizados poderão atender necessidades fundamentais na educação e saúde, áreas com maior necessidade para o cidadão”, finalizou.

OTOMAR VIVIAN, SECRETÁRIO DA CASA CIVIL DO RS

“É a hora de avançar e de reto

Natural de Caçapava do Sul, Otomar Vivian é professor de Educação Física. Com mais de 30 anos de vida pública, iniciou sua carreira como professor na rede pública estadual em 1976. Foi prefeito de Caçapava do Sul, Deputado Estadual, Presidente do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPE-RS), Diretor de Planejamento do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), entre outras funções públicas no executivo e legislativo do RS.

Sua trajetória política, seja no executivo ou no legislativo, sempre foi pautada pelo tom conciliador e de agregar ideias. Por certo, foram estas credenciais que o Governador Eduardo Leite buscou para a importante pasta da Casa Civil.

Desde que o governador Eduardo Leite e o vice Ranolfo Vieira Jr. assumiram a responsabilidade de trabalhar diariamente para avançar em questões estruturantes para o nosso Rio Grande, tinham a consciência que seria um trabalho árduo, mas que com confiança, diálogo, parceria e determinação chegariam no horizonte projetado. Construímos uma equipe unida, engajada, responsável e com conhecimento técnico e político para cada

desafio que lhes foi dado. Tanto os projetos que foram votados no primeiro semestre como os que estão previstos para o segundo, permitem ao Estado a retomada do desenvolvimento. A prioridade, neste momento, são os projetos que compõem a reforma estrutural do Estado e devem ser encaminhados para apreciação dos deputados até o final do mês de outubro.

À Frente da Casa Civil, já em segunda oportunidade (foi no Governo Yeda), como tem sido a relação com os Deputados no encaminhamento dos projetos do executivo?

É preciso salientar a importante construção de um diálogo constante com o poder legislativo e a consciência da realidade que o Estado enfrenta pela sociedade, representada pela legitimidade dos mandatos das deputadas e deputados estaduais. Nosso governo não trabalha com surpresas e temos esta postura como premissa no relacionamento com a Assembleia Legislativa e com os demais poderes. Não surpreendemos para não sermos surpreendidos. O apoio dos deputados que compõem a nossa base, assim como de partidos que não fazem parte da base, mas estão alinhados com questões

É preciso salientar a importante construção de um diálogo constante com o poder legislativo



“Retomar a força do nosso Estado”

programáticas de governo, faz com que possamos avançar em temas estruturantes para o futuro do Rio Grande do Sul.

Quais os projetos e planos do Governo do Estado neste ambiente de crise da economia do RS?

O Rio Grande está diante de uma agenda de desenvolvimento, mesmo enfrentando a maior crise fiscal do país. Com a economia advinda das concessões e das parcerias público-privadas (PPP), os recursos não serão utilizados no custeio da máquina e sim em investimentos como contrapartida dos impostos pagos por todos nós, cidadãos. É a hora de avançar e de retomar a força do nosso Estado. Para isso, o primeiro assunto enviado ao Legislativo tratou diretamente do futuro bem próximo e que está interligado com o Regime de Recuperação Fiscal. Neste segundo semestre, seguimos com o mesmo objetivo, abordando questões que impactam na estrutura do Estado e na carreira de servidores de todos os poderes. Estamos sempre lidando com a verdade, expondo a realidade do Estado e que precisamos nos adaptar para retomarmos o protagonismo do RS.

Como senhor analisa as dificuldades enfrentadas pelo Governo e qual a sua opinião para que nos próximos três anos se tenha um cenário diferente?

Existem questões mais sensíveis a serem trabalhadas, porém necessárias. Este primeiro ano

é o momento de decisões estruturantes, tendo em vista que em 2020 há eleições municipais e teremos deputados que serão candidatos em suas regiões. Não encaramos como dificuldades, mas sim como algo necessário para garantir o desenvol-

vimento do nosso Estado. Sabíamos que teríamos importantes decisões pela frente e o governador conta com uma equipe de secretários e técnicos preparados para isso. Lidamos sempre com a verdade. As eventuais dificuldades ou divergências fazem parte do cenário político, mas acreditamos que com diálogo e transparência conseguimos construir juntos um cenário próspero.

O Estado possui um déficit estrutural, o que impede investimentos básicos em educação, saúde e segurança. O maior embate atual é sobre questões previdenciárias e de salários com servidores públicos. Como se busca o equilíbrio?

Tão importante quanto estas respostas administrativas é a proposta de dialogar, de forma honesta, com a sociedade. Anualmente, são R\$ 12 bilhões de déficit na previdência, o que equivale a metade da renda líquida em ICMS. As medidas adotadas no Estado visam o desenvolvimento econômico. Precisamos retomar o desenvolvimento, conter

Anualmente, são R\$ 12 bilhões de déficit na previdência, o que equivale a metade da renda líquida em ICMS

despesas e ampliar receitas sem demandar impostos para a população. E, para isso, é preciso mudar questões que impedem essa retomada. Com estas medidas, devemos ter uma economia – em 10 anos – de R\$ 25 bilhões. Trabalhamos para todos

os gaúchos, para que questões estruturantes para a sociedade, como saúde, segurança, educação e infraestrutura, possam ter o devido investimento e prioridade. A busca do equilíbrio é premissa para garantir questões como essas.

Por fim, qual o recado que o senhor deixa para os empresários do setor de serviços do Estado, em especial, aos empresários Contábeis?

O governador Eduardo Leite está atuando para que a economia do Estado prospere e que possamos, em curto prazo, retomar o poder de investimento. A atuação dos empresários contábeis, diante da qualificação do trabalho exercido e do conhecimento técnico, garante ao Estado segurança e transparência nas relações do setor. Reconhecemos e somos muito gratos por tamanha dedicação e torcemos para que, juntos, consigamos recolocar o nosso Rio Grande no local de destaque nacional que ele merece e deve estar.

Orçamento: assumamos

Empresas com boa governança investem na peça orçamentária para ter resultados. É bem verdade que estruturar, gerenciar e executar o orçamento exige dedicação e perseverança dos gestores, os quais, muitas vezes, estão às voltas com a operação e não dispõem de um tempo para cuidar dos rumos da empresa.



WANDERSON GARCIA

Para o especialista em orçamento, Wanderson Garcia, da GRR Contabilidade e Assessoria, “o primeiro passo para uma peça orçamentária é o empresário conhecer os números do seu negócio, os quais estão sempre à disposição por sua assessoria contábil”. O tema de casa começa com as informações sobre o negócio a partir do custo do produto ou serviço, aluguel, folha de pagamento, matriz de impostos, infraestrutura, investimentos em TI, equipamentos para executar os produtos ou na prestação dos serviços, patrimônios imobilizados e fluxo de caixa.

“É importante que o empresário busque uma assessoria técnica para transformar todas estas informações em uma peça orçamentária. De outro lado, o especialista precisa, antes de tudo, entender o modelo de negócio do empresário, quais são os gargalos, questões sazonais,

níveis de concorrência, preços praticados no mercado, riscos e oportunidades de expansão”, ensina Wanderson.

O orçamento tem uma relação estreita com o planejamento estratégico de uma empresa. Enquanto o plano estratégico é o rumo da empresa, onde deseja chegar, o orçamento é como atingir os objetivos propostos. “Por isso que o orçamento projeta o futuro. E mais do que isto, orçamento é um caminho evolutivo dos processos

de gestão e da cultura em todos os níveis da empresa. Com certeza, o primeiro orçamento é o ponto de partida. E as revisões anuais irão consolidar e amadurecer esta imprescindível ferramenta de controle e de avaliação da saúde financeira da empresa”, comentou o especialista.

Uma vez concluído e aprovado pela alta direção, o orçamento deve ser acompanhado

do mês a mês, podendo ser revisado a cada trimestre (quarter) ou semestre. “Mesmo que o orçamento tenha seguido uma orientação conservadora e com perspectiva realista de futuro, existem variáveis

que podem alterar os rumos projetados, como a cotação da moeda, mudanças no mercado, greves no transporte, além de questões internas do próprio negócio. Caberá aos líderes revisarem o orçamento, impondo restrições de custos, se for necessário”, finalizou Wanderson.

“O primeiro passo para uma peça orçamentária é o empresário conhecer os números do seu negócio, os quais estão sempre à disposição por sua assessoria contábil”

WANDERSON GARCIA

rumos do seu negócio

NA PRÁTICA

No escritório contábil Cardeal, o orçamento integra as ações diárias de gestão. De acordo com o empresário Guilherme Cardeal, a organização passou a colocar o orçamento em prática desde 2016. Para ele, o “divisor de águas ocorre quando você entende a importância do Orçamento, o fato de criar uma planilha de controle não garante sucesso nos resultados. É um processo de amadurecimento na utilização da ferramenta. Quando você alcança essa maturidade empresarial, o orçamento passa a ser uma ferramenta indispensável ao negócio, pois a partir da análise dos resultados (projetados versus realizados) as tomadas de decisão são assertivas”, comentou. Como uma ideia ou ação nunca vem so-

“O pontapé inicial passa pela definição dos norteadores da empresa, o que almeja e seus objetivos centrais. Só assim se consolida a peça orçamentária”

GUILHERME CARDEAL

zinha, os efeitos de implementar o orçamento trouxeram resultados colaterais positivos ao escritório. Ele destaca o aprendizado e o crescimento do empresário: “você passa a ser mais eficiente em alocar/projetar os recursos na empresa; consegue envolver as pessoas (em todos os níveis) aumentando o comprometimento e o envolvimento deles em alcançar os resultados (sucesso do negócio); aumenta a segurança e, conseqüentemente,

consegue fidelizar e reter os principais talentos da equipe”, avaliou o empresário.

Para Guilherme, “a peça orçamentária é fundamental para qualquer tipo e tamanho de empresa”. Por conta da experiência aplicada em seu próprio negócio, a Cardeal passou a prestar assessoria aos seus clientes em mais uma atividade dos serviços contábeis que realiza há mais de 35 anos. Segundo o empresário, “o pontapé inicial passa pela definição dos norteadores da empresa, o que almeja e seus objetivos centrais. Só assim se consolida a



GUILHERME CARDEAL

peça orçamentária”, ensina.

Importante destacar, segundo Wanderson e Guilherme, “que gestão e execução do orçamento exigem dedicação, perseverança e muito tempo investido no dia a dia da organização”. De acordo com os especialistas, o primeiro passo é criar a cultura do orçamento na alta direção e nas lideranças da empresa. Após o primeiro ano de orçamento, os resultados irão falar por si, o que se torna uma exigência para o negócio, com as devidas revisões e ajustes de rumo a um futuro mais seguro e sustentável.

O músico Ananias A

Ele chegou à capital gaúcha vindo da cidade de Praia Grande, que fica na divisa do RS com SC. Como os jovens da época que vinham do interior, se hospedou em uma pensão e começou a ganhar seus contos de réis como office boy. Aconselhado pela dona da pensão, que era professora, se inscreveu no curso de datilografia no Senac. Depois cursou Comercial Básico, no ginásio, e Técnico em Contabilidade, no científico.

Estes foram os primeiros passos do empresário contábil Ananias Cypriano Alves, que, mesmo durante o curso de técnico em contabilidade, já iniciava seu escritório em uma pequena sala alugada na avenida Assis Brasil, zona norte de Porto Alegre. O tempo passou e seu Ananias formou uma família com dona Vilma, esposa e sócia do pequeno escritório. Das três filhas, duas se tornaram Contadoras e uma Historiadora.

“A Carmen e a Clodiana seguiram a carreira do pai”, diz dona Vilma. Já Carla formou-se em História e hoje mora na Inglaterra. A herança profissional do pai pela empresária contábil Carmen está na terceira geração, com a filha Júlia, que atua como Contadora em uma empresa privada. O empresário, pai e avô Ananias recebeu homenagens do SESCON-RS, pelos seus 50 anos de profissão, e do Conselho Regional de Contabilidade – CRC – quando completou 60 anos à frente da atividade.

Sua história de vida e profissional já estaria completa e seu Ananias bem que poderia curtir a merecida



ANANIAS ALVES, EMPRESÁRIO CONTÁBIL E SAXOFONISTA

aposentadoria, com direito a tomar chimarrão na varanda de sua casa de campo no Guaíba Country Club, em Eldorado do Sul, mas só que não. Aos 88 anos e com muita energia, ele trocou os teclados da antiga máquina de escrever, do computador, pelas teclas musicais de seu saxofone, instrumento que já faz parte de seu dia a dia desde os 68 anos.

“Ele começou tarde”, diz a esposa e maior incentivadora do músico e compositor Ananias Alves, autor da Balada do Imigrante, música para sax em homenagem aos imigrantes alemães. Sua capacidade intelectual para música e poesia, exercícios que fazem parte do seu cotidiano, também abriu espaço para escrever o livro Teoria

Alves e seu saxofone



MÚSICO COM FORMAÇÃO EM TEORIA E SOLFEJO

Científica para Contabilidade, um registro acadêmico de sua ampla experiência na área contábil.

FLAUTA

O início pelos caminhos da música e apresentações públicas começou pela flauta doce, com aulas particulares em casa. Com aulas de teoria e solfejo, o futuro saxofonista dava seus primeiros acordes em um rápido aprendizado. "Ele comprava livros e partituras para estudar", revela a esposa sobre o interesse e dedicação do marido na estreia na música. A evolução da flauta para o sax aconteceu meio por acaso. "Eu vi um anúncio de um saxofone usado no jornal e decidi comprar", revela seu Ananias sobre um

dos momentos que marcaram sua vida musical.

Além das aulas particulares, ele buscou aperfeiçoamento no Instituto Musical Toscanini e se preparou para os palcos da vida. Era o momento de mostrar suas músicas, como fez ao se apresentar nos eventos de Contadores e no SESCON-RS. Em especial, na noite de Natal, quando tocou Noite Feliz



AUTOR DA SINFONIA BALADA DO IMIGRANTE



ESCRITOR SOBRE TÉCNICAS CONTÁBEIS

na Igreja Vicente Pallotti, entre outros momentos em que o som do seu saxofone encantou o coração da plateia. Seu repertório acústico vai desde músicas clássicas a MPB e, também, do faroeste americano, em particular a música Vale do Rio Vermelho.

O saxofonista Ananias Alves segue com seus ensaios, seja na moradia em Porto Alegre ou nos dias que curte a natureza em sua casa de campo. "Tenho, hoje, dois saxofones. Deixo um em cada casa", explicou o empresário contábil-saxofonista. E dizer que, aos 68 anos, é possível criar um novo futuro e receber aplausos por onde passa. No mínimo, podemos dizer que seu Ananias Alves se realizou com a música e sua profissão.

A diretriz do Governo mercado para ger



o governo é simplificar o criar oportunidades

Desde o dia 20 de setembro, as empresas e os empresários possuem uma lei que vem ao encontro de inúmeras manifestações e demandas para criar um ambiente favorável aos negócios. Através da chancela do Presidente Jair Bolsonaro, entrou em vigor a Lei 13.874/2019, também chamada de Lei da Liberdade Econômica. A norma traz medidas que buscam desburocratizar e simplificar processos relacionados às empresas e empreendedores, visando impulsionar de forma mais eficaz a retomada do crescimento econômico.

Entre as novidades, está a flexibilização da legislação trabalhista, que, como se sabe, juntamente com a tributária, representam os maiores entraves à sobrevivência das empresas no Brasil. Outra mudança bastante comentada é a reestruturação do e-social, programa de escrituração digital. Com o novo sistema, haverá sua substituição por outro mais simples, que conterà informações digitais de ordem trabalhista e previdenciária.

A lei ainda prevê que as atividades econômicas poderão ser exercidas em quaisquer horários e dias da semana, desde que não atentem contra as normas ambientais, trabalhistas, de vizinhança e de condomínio. Também faz parte da nova lei, a figura do abuso regulatório, impedindo que

regulamentações excessivas por parte do poder público venham a inviabilizar a instalação e a continuidade de negócios.

Com a aprovação da nova lei, segundo o Secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Paulo Uebel, a expectativa é que, no prazo de 10 anos, sejam gerados 3,7 milhões de empregos, bem como haja um crescimento de 7% da economia do país, sendo esses números bastante expressivos se comparados às condições atuais do Brasil.

“O objetivo da Lei de Liberdade Econômica foi criar um ambiente melhor para o setor produtivo como um todo. Nós estamos copiando o que outros países desenvolvidos já fizeram. Assim, vamos focar a força do Estado em atividades de médio e alto risco. Principalmente, alto risco. E deixar a sociedade trabalhar em negócios de médio e baixo risco, que não precisam ter uma visita prévia, uma ordem do Estado. O nosso foco será no essencial, naquilo que irá gerar valor

para a sociedade”, disse Uebel.

Ele disse que uma das principais mudanças, o fim dos alvarás e licenças para atividades de baixo risco, já foi regulamentada por resolução da secretaria, indicando 287 atividades que não precisarão dessas autorizações para funcionar. Segundo Uebel, se o município não fizer uma regulamentação diferente, valerá a resolução federal.

DIRETRIZ

Para Uebel, “existe um excesso de intervenção do Estado e isso acaba criando insegurança jurídica e criando um custo elevado para as empresas, gerando desemprego e mais ociosidade da economia. Com estas medidas, o Governo irá desburocratizar, liberalizar, simplificar o mercado para a geração de oportunidades.

É isso que a sociedade quer”. Esta é a diretriz do Governo Federal, disse o Secretário ao comentar “que o Ministro Paulo Guedes tem afirmado que o caminho da prosperidade passa pela redefinição do papel do Es-

Entre as novidades, está a flexibilização da legislação trabalhista, que, como se sabe, juntamente com a tributária, representam os maiores entraves à sobrevivência das empresas no Brasil

tado. Tirar o Governo daquelas atividades que o Estado só atrapalha, dificulta a vida dos empresários”.

Outra questão, que ele destaca, é sobre a flexibilização dos horários e dias para se produzir. “Nós sabemos que tem legislação importante de sossego, vizinhança, poluição sonora. Mas, respeitadas estas leis, vamos deixar a sociedade produzir e servir aos demais cidadãos, em horários que forem mais convenientes. Se existe uma demanda a ser atendida, vamos privilegiar o consumidor e deixar que o trabalho seja realizado. Existe um excesso de regulamentação sobre o dia que abre, horário que funciona, o que muitas vezes prejudica a própria sociedade. Vamos ouvir mais o cidadão, o consumidor, que tem necessidades diferentes, dias diferentes. Então, cada pessoa tem uma agenda própria de vida. Não podemos padronizar e tratar a sociedade como se tivéssemos a mesma situação e rotinas”.

Segundo Uebel, a lei traz “um tratamento isonômico entre as

empresas. Se tem duas empresas na mesma situação, o Estado não pode favorecer uma e prejudicar outra. O Estado tem que tratar todos igualmente. Ainda, neste sentido, “é preciso estar ao lado da boa fé dos empresários e dos cidadãos de bem. Para o empreendedor de bem que cumpre as regras, paga seus impostos, o Estado tem que deixar desenvolver seus negócios com mais liberdade. Antes havia uma presunção de má fé de todo mundo. Com obrigações acessórias excessivas para todos e uma

série de etapas que deviam ser cumpridas. A ideia é inverter este processo. Você foca energia nas pessoas que não cumprem a lei”, analisou.



PAULO UEBEL

Uma das principais mudanças, o fim dos alvarás e licenças para atividades de baixo risco, já foi regulamentada por resolução da secretaria, indicando 287 atividades que não precisarão dessas autorizações para funcionar. Segundo Uebel, se o município não fizer uma regulamentação diferente, valerá a resolução federal

CONTRATOS

O respeito aos contratos empresariais privados foi citado por Uebel como uma questão de máxima importância para gerar a roda da economia. “É muito importante para as empresas, sejam nacionais ou multinacionais, a segurança jurídica das leis brasileiras. A gente sabe que o excesso de intervenção acaba gerando insegurança jurídica e o Brasil acaba não sendo levado a sério. Nós temos que ter respeito aos contratos”. A nova lei pretende atacar um mal secular do país que

“O Governo tem uma confiança de apenas 7% quando se trata da sua reputação no atendimento aos cidadãos e empresas. Isso é muito ruim.”

é exigir somente do contribuinte o prazo para suas obrigações. “Estamos diante de uma mudança cultural do Brasil em também obrigar as áreas do poder público a fixar prazos para sua atuação. Seja para um licenciamento, consulta tributária, é preciso existir um prazo máximo para isso.”

Segundo o secretário, o “Governo tem uma confiança de apenas 7% quando se trata da sua reputação no atendimento aos cidadãos e empresas. Isso é muito ruim. Para reconquistar esta confiança é necessário ser dirigente, técnico, correto e assumindo prazos. A ideia de fixar prazos é importante porque ela dá previsibilidade para a sociedade. Se estes prazos fixados por nós não forem cumpridos, aí você dá uma aprovação tácita, o que é muito comum nos países desenvolvidos e faz parte de uma recomen-

dação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Se o Estado não der o retorno no prazo, se considera que o pedido está aprovado

e o cidadão pode seguir adiante. Isso irá obrigar o Governo a ser dirigente e ter sistemas e normas que sejam fáceis de cumprir”.

CERTIDÕES

O excesso de obrigações acessórias também não faz sentido, disse Paulo Uebel. “O Brasil é o país do mundo que se gasta mais horas para pagar impostos. Ou seja, você exige do contribuinte, que além de pagar os impostos, gaste um tempo considerável pela burocracia brutal de cumprir com suas obrigações fiscais. Recolhimento de impostos tem que ser algo simples e rápido e não burocrático e trabalhoso como é no Brasil”.

LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA



PRAZOS PARA REGULAMENTAÇÃO

■ Definição de atividade de baixo risco para o governo:	90 dias
■ Isonomia em decisões administrativas:	60 dias
■ Particular pedir revisão de norma em desacordo com evolução tecnológica:	30 dias
■ Aprovação tácita quando a administração não oferecer parecer no prazo previsto:	90 dias
■ Digitalização de documentos e descarte de originais:	40 dias
■ Análise do impacto regulatório (custo/benefício) de norma nova:	40 dias
■ Comitê de súmulas para tornar claras decisões da Fazenda Nacional e do Carf:	60 dias

O QUE JÁ FOI REGULAMENTADO

- Definição de atividades de baixo risco para dispensa de alvarás e licenças
- Extinção da taxa do Cadastro Nacional de Empresas
- Isenção de custos para extinção de empresas
- Declaração de autenticidade de documentos por advogados e contadores

Fonte: Ministério da Economia

Previdência faz economia às custas de índices sociais

“Uma reforma só de números, de economia de R\$ 800 bilhões, porém sem atentar para os índices sociais”, contextualizou o especialista previdenciário Anderson De Tomasi Ribeiro. Para o advogado, “a necessidade de estabelecer idade mínima era mais do que necessário em função da questão demográfica com o aumento da expectativa de vida, mas 65 anos para os homens, em um primeiro momento, ficou muito alta. Porém, as regras de transição, para quem está próximo da aposentadoria, exigem uma avaliação caso a caso”.

De acordo com Ribeiro, o que foi aprovado no Brasil é uma “regra Europeia para uma realidade brasileira. Lá, eles começam a trabalhar mais tarde, a maior parte só depois da formação superior. Por isso a idade mínima é utilizada na Europa. Já no Brasil, temos trabalhadores desde os 15 e 16 anos. Com a nova lei, que estabeleceu a idade mínima, trabalharemos mais e ganharemos menos”.

Por ficar estrita a economia de R\$ 800 bilhões nos próximos 10 anos, questões de empregabilidade de pessoas acima de 60 anos – que deverão trabalhar até 62 (mulheres) e 65 (homens), ficaram de fora da reforma. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a empregabilidade de pessoas acima de 60 anos é



ANDERSON DE TOMASI RIBEIRO

de apenas 3,4% no país. “Imagina a situação de um metalúrgico ou de outra profissão especializada que seja demitido com idade superior

a 50 anos. Como este trabalhador vai se recolocar no mercado de trabalho. A proposta esqueceu de olhar os números sociais”, questionou Ribeiro.

Atualmente 2/3 das aposentadorias pagas pelo INSS é no valor de um salário mínimo, sendo que a média é de R\$ 1.369,00. “Com a reforma, o Brasil será um país com aposentados de salário mínimo, seja pela regra da idade mínima, seja pelas regras de transição”, disse Ribeiro. Ele chama atenção também para os casos de aposentadorias Especiais, os quais trarão prejuízos aos trabalhadores “que mesmo em contato com agentes nocivos, como ruído e óleo, por exemplo, terão que trabalhar por mais tempo, aumentando o risco de doenças ocupacionais. Nos casos de aposentadoria por invalidez, demonstrada que se deu tendo em vista culpa ou dolo da empresa, estas poderão ser chamadas a pagar as aposentadorias.”

“O que foi aprovado no Brasil é uma regra Europeia para uma realidade brasileira. Lá, eles começam a trabalhar mais tarde, a maior parte só depois da formação superior. Por isso a idade mínima é utilizada na Europa. Já no Brasil temos trabalhadores desde os 15 e 16 anos.”

Impactos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

POR FERNANDA GIRARDI TAVARES

Em agosto de 2020, passará a vigorar, no Brasil, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que trará modificações na forma como as empresas lidam com os dados pessoais dos seus empregados, clientes ou parceiros de negócios.

O foco de proteção da lei são os dados das pessoas naturais (os titulares) e o respectivo tratamento, que abrange quaisquer operações realizadas com tais dados, como a coleta, o arquivamento, o processamento e o compartilhamento de dados.

A LGPD aplica-se a toda e qualquer empresa, independentemente do porte ou segmento de atuação. O maior impacto reside na necessidade de se identificar os fluxos de dados e enquadrar cada uma das operações em uma das 10 (dez) bases legais previstas na LGPD. Pensando-se nas rotinas dos escritórios de contabilidade, a justificativa poderia ser a própria contratação da assessoria contábil: os dados precisam ser necessariamente coletados para viabilizar o preenchimento de declarações de IR, por exemplo. Pode haver situações em que o tratamento esteja alicerçado no consentimento

expresso do titular, cuja autorização deve ser concedida para uma finalidade específica (a qual não pode ser ampliada).

A LGPD impõe que as empresas atuem com transparência e estejam aptas a fazer frente aos direitos dos titulares dos dados, o que inclui a possibilidade de confirmação quanto à realização de uma operação de tratamento de dados, a atualização dos dados armazenados, a correção ou mesmo a eliminação dos dados.

A lei também prevê a necessidade de adoção de mecanismos de segurança para prevenir acessos não autorizados, adulterações e incidentes de vazamentos de dados. As empresas estarão sujeitas à fiscalização pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que poderá aplicar sanções que variam de advertência à imposição de multas de até 2% do faturamento da empresa, ou mesmo a eliminação dos dados pessoais referentes à infração.

A LGPD impõe o desafio de migrarmos de um cenário de coleta massiva de dados pessoais para um ambiente em que a tônica será a minimização do trata-



mento de dados. A adequação à lei também exige a revisão de práticas internas, de termos de uso, políticas de privacidade, além da revisão de contratos com terceiros. Essa empreitada demanda o engajamento de um time multidisciplinar, uma vez que abrange não apenas aspectos jurídicos, mas também questões técnicas ligadas às áreas de TI e segurança da informação.

Não há dúvida que estar adequada a LGPD consistirá em um fator de credibilidade e em uma vantagem competitiva no mercado.

Advogada e sócia de Souto Correa Advogados.

“A LGPD impõe que as empresas atuem com transparência e estejam aptas a fazer frente aos direitos dos titulares dos dados.”

Reforma Tributária: Carta

O Rio Grande do Sul foi a Brasília por uma reforma tributária justa. Literalmente. Comitativa de lideranças políticas, empresariais e de classe gaúchas entregaram a “Carta de Esteio” ao Presidente do Senado e ao Ministro Chefe da Casa Civil. O documento contém proposições que ao entender dos gaúchos serão responsáveis pelo desenvolvimento e geração de emprego em todo o país. Endossam a Carta de Esteio o Governo do Estado, Assembleia Legislativa, SESCON-RS, Sistema Ocergs, Fenacon, Farsul, Fiergs, Fecomércio-RS, Federasul, Frente Parlamentar da Agropecuária, Confederação Nacional dos Municípios, entre outras instituições.

Onyx Lorenzoni e Davi Alcolumbre receberam o documento e saudaram a iniciativa gaúcha de se mobilizar e encontrar uma agenda comum, apesar das peculiaridades

de cada segmento. Além desses, também receberam a comitativa os deputados Baleia Rossi e Aguinaldo Ribeiro, protagonistas do texto da Reforma Tributária. “É importante encontrarmos uma agenda comum entre segmentos distintos de nossa economia. Por isto, apoiamos as reformas que simplifiquem a apuração dos impostos, não aumentem a carga tributária e respeitem as especificidades de cada ente da federação e dos setores da economia. Tanto o ministro Onyx, quanto o Presidente Alcolumbre se mostraram sensíveis ao



DAVI ALCOLUMBRE RECEBEU CARTA DE ESTEIO

nosso pleito”, afirma o Presidente do SESCON-RS, Célvio Levandovski.

UNIÃO GAÚCHA

A Carta de Esteio foi elaborada a partir do Painel Reforma Tributária – Proposições, ocorrido durante a Expointer. A iniciativa, originalmente

ALGUNS DEPOIMENTOS CONTIDOS NA CARTA DE ESTEIO

“A simplificação gera ganhos coletivos muito grandes. Temos que trabalhar com a consciência de todas as partes envolvidas. Quando se fala em reforma é natural que se olhe quanto vai caber ao meu setor e aí começa o enfrentamento e o conflito de interesses.”

EDUARDO LEITE
Governador do RS

“Precisamos respeitar o pacto federativo que dá autonomia para que Estados e Municípios se gerenciem e sejam sustentáveis. Outrossim, somos contrários a qualquer ferramenta que tribute operações financeiras, semelhante a extinta CPMF.”

CÉLIO LEVANDOVSKI
Presidente do SESCON-RS

“O Brasil precisa e merece fazer a reforma tributária. Uma reforma verdadeira, ampla e simétrica para Estados e municípios. Isso se traduz na racionalização do sistema, com resultado direto na economia e na redução do Custo Brasil.”

FREDERICO ANTUNES
Líder do Governo na
Assembleia Legislativa

de Esteio chega a Brasília



REUNIÃO COM O MINISTRO ONYX LORENZONI



GOVERNADOR EDUARDO LEITE

criada pelo Governo de Estado, Assembleia Legislativa, SESCON-RS e Sistema Ocergs recebeu adesão de outras importantes entidades gaúchas e de âmbito nacional. O resultado foi a grande mobilização que culminou com a entrega do documento aos protagonistas das discussões em nível federal. “Sen-

timos que Governo, Câmara e Senado estão comprometidos com a reforma tributária para destravar a economia e criar um ambiente amigável para o empreendedorismo”, completa Levandovski.

No Senado, Alcolumbre endossou que é preciso destravar o Brasil por meio da simplificação.

“Trabalhamos na construção de convergência entre as propostas de reforma tributária existentes com o objetivo de produzir um texto que seja consenso. A reforma será resultado para o Brasil. Acreditamos no protagonismo do Parlamento”, acrescentou o Presidente do Senado Federal.

“Além de simplificar, o segredo da Reforma Tributária está na transição, pois tanto Governo Federal, quanto Estados e Municípios precisam de tempo para se adequar às mudanças.”

GERMANO RIGOTTO
Ex-Governador do RS

“Para se manter a justiça tributária é necessário aplicar mais de uma alíquota dentro do novo imposto pretendido. Nossa proposta é de alíquota cheia de referência para comércio e indústria, alíquota reduzida em 50% sobre serviços e alíquota com redução de 70% sobre serviços essenciais que, segundo definição da PEC 45, são saúde, educação e transportes.”

SÉRGIO APPROBATO JR.
Presidente da Fenacon

“A reforma tem de ser ampla e focar no consumo. Se existir o consumo, haverá o tributo. Temos que acabar com a guerra fiscal. A tributação na origem, cria cumulatividade e ineficiência, mesmo gerando créditos.”

MARCO AURÉLIO CARDOSO
Secretário da Fazenda do RS

Convênio com CIEE-RS abre oportunidades para jovens

A partir de um convênio firmado entre o SESCOB-RS e o CIEE-RS, as empresas associadas terão acesso aos programas de estágio e aprendiz legal que compõem as ações dentro das relações escola-empresa. De acordo com o superintendente executivo do Centro de Integração Empresas Escola do Rio Grande do Sul (CIEE-RS), Luiz Carlos Eymael, “o convênio firmado com o SESCOB-RS é muito importante por ampliar a possibilidade de abertura de novas oportunidades de colocação dos estudantes no mundo do trabalho por meio dos programas de estágio e aprendizagem”.

Em 50 anos de atividades no Estado, o CIEE-RS colocou mais de 1,8 milhão de estudantes em estágios. Atualmente, existem em torno de 37 mil contratos ativos de estágio pelo CIEE, mas a fila de es-



VALDIR RODRIGUES

pera por uma vaga supera os 100 mil candidatos. O programa Aprendiz Legal conta, hoje,

Este convênio é uma oportunidade para que as empresas de serviços contábeis ofereçam acesso aos estudantes das áreas afins das atividades realizadas pelos escritórios, permitindo assim o ingresso dos jovens ao mercado de trabalho”

com mais de 11 mil aprendizes em atividade, em aproximadamente 90 municípios, e já foram beneficiados pelo Programa de Aprendizagem, mais de 50 mil jovens.

O gestor de Operações do CIEE-RS, Lucas Baldisserotto, afirma que parcerias como a do SESCOB-RS também são relevantes por difundirem o papel do estágio e da aprendizagem na qualificação e descoberta de novos talentos.

No Rio Grande do Sul, se todas as empresas cumprissem o preenchimento de cotas fixadas pela Lei da Aprendizagem, poderiam dobrar o número de vagas para os aprendizes. Atualmente, são em torno de 37 mil jovens em aprendizagem no Estado. Em Porto Alegre, são aproximadamente 7.400 aprendizes, mas poderiam chegar a mais de 14 mil se as cotas fossem cumpridas.

Para Valdir Rodrigues, Vice-Presidente de Gestão do SESCOB-RS, “este convênio é uma oportunidade para que as empresas de serviços contábeis ofereçam acesso aos estudantes das áreas afins das atividades realizadas pelos escritórios, permitindo assim o ingresso dos jovens ao mercado de trabalho. Por certo, as duas partes, empresas e estudantes, terão seus objetivos e resultados atendidos”, disse o dirigente.

Fórum técnico das questões contábeis

Coordenadora do Grupo de Estudos SESCOB-RS, a empresária contábil Carmen Alves Tigre vai direto ao ponto ao falar sobre a importância da reunião mensal com mais de 60 participantes: “os desafios se repetem em todos os escritórios”. Por isso, a “troca de informações e esclarecimentos de dúvidas” possuem resultados práticos, afirma.

Segundo Carmen, “as mudanças de legislação” são as campeãs dos estudos, as quais exigem análise em profundidade. “Quando a temática exige um especialista para auxiliar nos estudos, nós buscamos um profissional qualificado para ampliar os conhecimentos através de um pequeno simpósio ou palestra”, disse.

Além das questões de ordem fiscal, “o grupo traz à discussão, assuntos do dia a dia dos escritórios contábeis, desde honorários e precificação de valores, bem como experiências de atendimento

to aos clientes e como proceder na cobrança dos serviços”, comentou.

Por vezes, as pautas tratadas pelo Grupo de Estudos são levadas à Diretoria do SESCOB-RS. “Geralmente, são pautas que envolvem ações de ordem política junto ao Governo nos três níveis, municipal, estadual e federal. Dois exemplos atuais são as notificações às empresas sobre o FTGS e a substituição tributária no ICMS”, esclarece Carmen.

As novas tecnologias também estão no radar do Grupo de Estudos, como avaliações de sistemas de gestão digital utilizadas pelas empresas contábeis. “Precisamos



CARMEN ALVES TIGRE

usar as ferramentas em favor dos escritórios para oferecer um atendimento diferenciado aos clientes”, disse Carmen.

Para participar do Grupo de Estudos, que é aberto a todas as empresas associadas, o interessado deve entrar em contato com o Setor de Capacitação para sua inscrição, por meio do e-mail gestudos@sesconrs.com.br. As reuniões são mensais no horário das 11h30min às 13h, com almoço por adesão ao final. Assim que fizer a inscrição, o participante terá acesso também ao grupo de WhatsApp, onde poderá sugerir pautas e acompanhar os temas do próximo encontro.

“O grupo traz à discussão, assuntos do dia a dia dos escritórios contábeis, desde honorários e precificação de valores, bem como experiências de atendimento aos clientes e como proceder na cobrança dos serviços”

Tratamento do câncer de mama o ano todo

POR DRA. MAIRA CALEFFI *

O Brasil deu mais um passo para a melhoria da assistência a pacientes com câncer: o plenário do Senado aprovou no dia 16 de outubro o Projeto de Lei da Câmara 143/2018, em seu texto original, que estabelece que o Sistema Único de Saúde tem o prazo máximo de 30 dias para realizar exames que confirmem o diagnóstico quando a principal hipótese for uma neoplasia maligna.

A prioridade no diagnóstico será uma vitória na luta contra todo o tipo de câncer. Atualmente, há uma lacuna que prejudica a Lei. Por não ter definido um prazo para a fase de investigação da doença, os pacientes esperam muito tempo até obterem a confirmação do câncer em biópsia, o que diminui expressivamente as chances de cura. Com a aprovação, será possível proporcionar um tratamento mais assertivo aos pacientes – muitas vidas serão salvas. O período de confirmação do diagnóstico é uma necessidade urgente que certamente terá grande impacto sobre a assistência aos pacientes com câncer no Brasil.

O Projeto de Lei aprovado faz parte de uma pauta urgente de tornar o acesso mais rápido a uma atenção personalizada para cada caso. Estamos falando de um

universo de quase 60 mil novos casos de câncer, só para este ano. Por isso o sucesso do tratamento está relacionado com a confirmação do diagnóstico em um prazo mais rápido do que o atual. Vale destacar que a legislação garante acesso a medicamentos orais, atendimento multiprofissional e reconstrução mamária imediata pelo Sistema Único de Saúde (SUS), além do prazo de até 60 dias para início do tratamento no SUS pós-diagnóstico. Todas essas questões são reconhecidas e recomendadas pela Política Nacional do Câncer do Ministério da Saúde (Portaria nº 874, de 16 de maio de 2013).

Para muitos, o tratamento do câncer de mama envolverá o processo tradicional de cirurgia, quimioterapia e radioterapia. No entanto, hoje sabemos que não há um protocolo único para todos os casos. Nos últimos anos, os avanços na área médica e ciência global, com exames genéticos e moleculares, oferecem novos métodos para o diagnóstico individualizado, permitindo, assim, um tratamento personalizado e mais eficaz de acordo com características do tumor e resposta a cada terapia adotada. Isso causa uma mudança significativa nas perspectivas de sucesso do



tratamento, bem como na qualidade de vida dos pacientes em estágio avançado da doença.

Continuaremos 365 dias por ano, não apenas no mês de outubro, levando informação ao maior número de pessoas a fim de multiplicar o conhecimento sobre o câncer de mama. Quando o paciente compreende a doença, as ações propostas pelos médicos e os possíveis resultados, ele se sente respeitado, acolhido e ganha ainda mais forças para lutar e vencer durante todo o ano.

* Dra. Maira Caleffi é presidente voluntária da FEMAMA (Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama), Chefe do Serviço de Mastologia do Hospital Moinhos de Vento e Líder do Comitê Executivo do City Cancer Challenge Porto Alegre.

“A prioridade no diagnóstico será uma vitória na luta contra todo o tipo de câncer.”

70

Encontro Gaúcho
das Empresas de
Serviços Contábeis

EGESCON

Associe sua marca ao 7º EGESCON e garanta muita visibilidade junto a um público tomador de decisão e formador de opinião!

SALVE ESTA DATA

21/AGO/2020



PARA SUA EMPRESA:
oportunidade de negócios
visibilidade
networking
fortalecimento de marca



**CENTRO DE
EVENTOS DE
NOVA
PETRÓPOLIS**

O 7º Encontro Gaúcho das Empresas de Serviços Contábeis pela segunda vez chega ao Jardim da Serra Gaúcha! No dia 21 de agosto de 2020, Nova Petrópolis será a capital da contabilidade e gestão! Seja parceiro do maior evento empresarial do segmento contábil gaúcho! Envie um e-mail para COMERCIAL@SESCONRS.COM.BR e torne sua empresa patrocinadora do 7º EGESCON!



- 500 empresários contábeis de diversos municípios gaúchos
- Palestras comportamentais e de gestão
- Feira com marcas de produtos e serviços consagrados no mercado contábil
- Muito Networking e troca de experiências
- Confraternização e Encontros de Integração

Realização:

 **SESCONRS**

SESCON
SERRA GAÚCHA

50%

de desconto para contadores e empresas contábeis em qualquer produto da Certificação Digital do SESCON-RS

Promoção por tempo indeterminado



acesse o portal [sesconrs.com.br](https://www.sesconrs.com.br)

sesconrs@sesconrs.com.br  [@sesconrs](https://twitter.com/sesconrs)  [sesconrs](https://www.facebook.com/sesconrs)  [/SESCONRS](https://www.youtube.com/SESCONRS)